

RESOLUÇÃO CFESS nº 659, de 01 de outubro de 2013.

EMENTA: Dispõe sobre as normas que Regulamentam o CÓDIGO ELEITORAL do Conjunto CFESS/CRESS, alterando e revogando a RESOLUÇÃO CFESS nº 586, de 30 de agosto de 2010.

A Presidente do Conselho Federal de Serviço Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a necessidade do aperfeiçoamento do Código de Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS, tendo vista os avanços alcançados em procedimentos eleitorais, que se mostram mais eficientes, econômicos e céleres;

Considerando a necessidade de correção de disposições consubstanciadas no Código Eleitoral, bem como de alteração e inclusão de outras, que se mostraram necessárias e ampliam os procedimentos democráticos no curso da aplicação do instrumento normativo;

Considerando que deve haver compatibilidade entre a segurança jurídica e a necessidade de alterações da norma, pois isto decorre das transformações que se processam nas relações sociais e jurídicas;

Considerando que as alterações e modificações introduzidas no presente Código Eleitoral foram discutidas e aprovadas no 42º Encontro Nacional CFESS/CRESS, fórum máximo de deliberação da categoria, realizado em Recife/Pernambuco, de 05 a 08 de setembro de 2013, atendendo à exigência do artigo 20 da Lei nº 8.662/93;

Considerando a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do CFESS, realizado em 26 de setembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º O Código Eleitoral, que esta Resolução acompanha, passa a vigorar com a presente redação, com as alterações introduzidas, ficando revogado, integralmente, o Código Eleitoral anterior, instituído pela Resolução CFESS nº 586, de 30 de agosto de 2010, publicada no DOU nº 167, de 31 de agosto de 2010, Seção 1 e respectiva retificação publicada no DOU nº 242, de 20 de dezembro de 2012, Seção 1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Os casos omissos deverão ser dirimidos pela Comissão Nacional Eleitoral e, conforme o caso pelo Conselho Pleno do CFESS, que firmará jurisprudência, na qualidade de instância recursal.

Sâmia Rodrigues Ramos

SÂMIA RODRIGUES RAMOS
Conselheira Presidente

Código Eleitoral Revisado

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Código Eleitoral institui normas destinadas a assegurar a organização e o exercício dos direitos políticos dos/as assistentes sociais, junto ao Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social - CFESS/CRESS, bem como suas respectivas Seccionais, precipuamente os de votar e ser votado.

Art. 2º. Todo poder emana da categoria e será exercido em seu nome por seus mandatários, escolhidos direta e secretamente, entre os/as assistentes sociais candidatos/as para ocupar cargos junto ao Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, bem como suas respectivas Seccionais.

Parágrafo único. A duração dos mandatos dos membros do CFESS, dos CRESS e suas Seccionais será de 03 (três) anos.

Art. 3º. Todo/a assistente social pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições de elegibilidade e compatibilidade previstas neste Código.

Art. 4º. São eleitores todos os/as assistentes sociais que:

- I.** Estejam regularmente inscritos nos Conselhos Regionais respectivos;
- II.** Estejam em pleno gozo de seus direitos profissionais e quites com suas obrigações pecuniárias perante os Conselhos Regionais, inclusive com as anuidades até o ano anterior da eleição, ainda que sob a forma de parcelamento, desde que em dia nas datas dos respectivos vencimentos.

§ 1º. O voto é direto, secreto, pessoal e intransferível.

§ 2º. O/a assistente social votará somente na jurisdição de sua inscrição principal.

CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS ELEITORAIS

Art. 5º. São órgãos executores deste Código Eleitoral: a Comissão Nacional Eleitoral, cujos membros serão indicados pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS e Comissões Regionais, com membros indicados pela Assembleia Geral do CRESS.

§ 1º. Em casos de eleições extraordinárias, caberá ao Conselho Pleno do CFESS indicar os membros componentes da Comissão Nacional Eleitoral.

§ 2º. Os membros indicados para a Comissão Nacional Eleitoral e para as Comissões Regionais serão nomeados, respectivamente, pelos Conselhos Plenos do CFESS e dos CRESS, por meio de Portaria, expedida por cada entidade no âmbito de sua jurisdição.

§ 3º. As Subcomissões Regionais terão seus componentes indicados em reunião dos membros da Seccional com a categoria da sua área de jurisdição e serão nomeados por meio de Portaria, a ser expedida pelo CRESS.

Art. 6º. O processo eleitoral, como um todo, será normatizado pelo CFESS e coordenado pela Comissão Nacional Eleitoral.

Art. 7º. Os Conselhos Regionais deverão remeter ao Conselho Federal de Serviço Social, a relação das Zonas Eleitorais instituídas em sua jurisdição, assim como o nome dos membros integrantes das Comissões Regionais Eleitorais, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias antes do primeiro dia das eleições.

Art. 8º. Ao Conselho Pleno do CFESS cabe a fixação do Calendário Eleitoral, bem como a homologação dos resultados finais das eleições dos CRESS, Seccionais e CFESS.

Art. 9º. As direções dos Conselhos Regionais e Seccionais são legalmente responsáveis por todo o processo eleitoral, no seu âmbito de jurisdição.

Art. 10. A Comissão Nacional Eleitoral, bem como as Comissões Regionais e Subcomissões Eleitorais, serão compostas por três assistentes sociais titulares e, no mínimo, por dois/duas assistentes sociais suplentes, em pleno gozo de seus direitos profissionais e políticos, cabendo a um deles a Presidência.

Art. 11. O Conselho Federal de Serviço Social, por intermédio da Comissão Nacional Eleitoral, será o órgão superior e final na via administrativa para:

- I.** Presidir as eleições no âmbito de todo Território Nacional;
- II.** Baixar normas e instruções para regular o processo eleitoral e sua execução, no que lhe compete;
- III.** Deferir ou indeferir os registros de chapas concorrentes para o CFESS, nos termos deste Código;
- IV.** Processar e julgar em grau de recurso:
 - a.** Processos decorrentes de impugnações às chapas e candidatos dos CRESS e Seccionais.
 - b.** Conflitos e divergências que ocorram nos Conselhos Regionais, relacionados direta ou indiretamente com o processo eleitoral, e sejam suscitados no curso deste pelas chapas concorrentes ou membros desta, ou assistentes sociais eleitores;
 - c.** Processos decorrentes de impugnações do resultado parcial ou geral;
 - d.** Demais casos decorrentes da inobservância das normas, contidas neste Código.
- V.** Receber os processos das eleições realizadas pelos Conselhos Regionais;
- VI.** Computar os resultados;
- VII.** Lavrar a ata geral de apuração final das eleições;
- VIII.** Apresentar relatório, resultado do pleito e observações que possam contribuir para o aperfeiçoamento do Processo Eleitoral.

§ 1º. A Comissão Regional Eleitoral do CRESS funcionará como primeira instância administrativa, cabendo-lhe proferir decisão sobre qualquer pleito, requerimento, impugnação e outros, que forem suscitados em seu âmbito de competência;

§ 2º. Os recursos contra decisões da Comissão Regional Eleitoral do CRESS interpostos perante a Comissão Nacional Eleitoral só serão apreciados e julgados se houver decisão proferida pela Comissão Regional Eleitoral do CRESS;

§ 3º. Os recursos contra decisões da Comissão Regional Eleitoral do CRESS serão protocolizados na sede do CRESS, por qualquer chapa concorrente ou membro desta, bem como por qualquer assistente social eleitor/a interessado/a que se sinta atingido/a ou prejudicado/a com atos ou situações praticadas no curso do processo eleitoral, devendo ser encaminhados, analisados e julgados pela Comissão Nacional Eleitoral, que funcionará como segunda instância administrativa.

§ 4º. Os recursos serão interpostos contra ações, omissões, decisões escritas ou não, atitudes, situações, circunstâncias que ocorram no curso do processo eleitoral, cuja atribuição seja de responsabilidade da Comissão Regional Eleitoral, da Subcomissão Regional ou do CRESS, inclusive por meio dos seus prepostos.

§ 5º. Fica vedado à Comissão Nacional Eleitoral funcionar como instância recursal em situação que envolva chapa ou candidato concorrente a cargo para o CFESS, em relação às atribuições previstas pelas alíneas "a e d" do inciso IV do presente artigo, hipótese em que será designado pela dita Comissão, um CRESS para funcionar, excepcionalmente, como instância recursal, por meio de sua Comissão Regional Eleitoral.

Art. 12. Compete às Comissões Regionais Eleitorais:

I. Dirigir, coordenar e executar todo o processo eleitoral do CRESS, Seccionais e CFESS, no seu âmbito de jurisdição;

II. Deferir ou indeferir os registros das chapas concorrentes para os CRESS e Seccionais, nos termos deste Código;

III. Instalar as Mesas Eleitorais nas Zonas Eleitorais, com função de disciplinar, fiscalizar, receber e apurar os votos;

IV. Instalar em cada Zona Eleitoral, Mesas Eleitorais compostas por 02 (dois) membros titulares (01 presidente e 01 mesário) e, no mínimo, 01 (um) suplente, definindo suas tarefas e responsabilidades, designando assistentes sociais nas mesmas condições previstas no artigo 4º, devidamente inscritos no CRESS, para integrá-las.;

V. Nomear em cada Zona Eleitoral, fora do município da sede do CRESS, uma subcomissão e definir suas tarefas e atribuições;

VI. Requisitar ao CRESS, todos os recursos executórios, sempre que necessário para a realização do processo eleitoral;

VII. Apreciar as impugnações e protestos oferecidos no curso do processo eleitoral, em primeira instância, conforme procedimento adotado neste Código;

VIII. Interferir, manifestar-se, atuar e decidir acerca de situações e circunstâncias conflituosas, divergentes, que estejam vinculadas, direta ou indiretamente, com o processo eleitoral, em sua jurisdição;

IX. Comunicar à Comissão Nacional Eleitoral, as ocorrências cuja solução, desta depender;

X. Apresentar ao CRESS relatório final acerca do processo eleitoral e resultado do pleito em sua jurisdição.

§ 1º. Os/as assistentes sociais que forem designados/as para compor as mesas eleitorais, além de devidamente inscritos/as no CRESS, deverão estar quites com suas obrigações pecuniárias perante os Conselhos Regionais, inclusive com as anuidades, até o ano anterior da eleição, ainda que sob a forma de parcelamento, desde que em dia nas datas dos respectivos vencimentos:

§ 2º. Cada Zona Eleitoral deverá ter, no mínimo, uma Mesa Eleitoral.

§ 3º. A Mesa Eleitoral será composta por um presidente, um mesário e um suplente.

Art. 13. Compete às Subcomissões Eleitorais:

I. Dirigir, coordenar e executar todo o processo eleitoral da Seccional em seu âmbito de jurisdição;

II. Encaminhar à Comissão Regional Eleitoral questões sobre o processo eleitoral que impliquem deliberações.

Art. 14. À mesa eleitoral compete:

I. Receber os votos dos eleitores;

II. Resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e de apuração, encaminhando à Comissão Regional Eleitoral as questões não resolvidas.

Art. 15. Ao presidente da mesa eleitoral compete:

I. Presidir o processo eleitoral de acordo com este Código;

II. Instalar a mesa eleitoral;

III. Comunicar à Comissão Regional Eleitoral do CRESS as ocorrências cuja solução, desta depender;

IV. Designar um substituto no impedimento ou ausência do mesário.

Art. 16. Ao mesário da mesa eleitoral compete:

I. Auxiliar o presidente, no que for solicitado;

II. Zelar pela observância dos procedimentos eleitorais;

III. Lavrar a ata;

IV. Cumprir as atribuições que lhe forem deferidas pelo presidente da mesa e substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 17. Estão impedidos de serem membros das Comissões: Nacional, Regionais e Subcomissões, bem como de Mesas Eleitorais:

- I.** Os candidatos e seus parentes até segundo grau, de acordo com a Lei Civil, assim como o cônjuge do candidato;
- II.** Os/as assistentes sociais que não estiverem em dia com suas obrigações perante os Conselhos Regionais;
- III.** Os/as assistentes sociais que estiverem respondendo processo disciplinar e/ou ético, ou cumprindo penalidade.

Parágrafo único – A Portaria de nomeação dos membros das Comissões, Subcomissões e Mesas Eleitorais, deverá estar acompanhada de declaração do Conselho Regional ou Federal respectivo, informando que os assistentes sociais nomeados não se enquadram nas situações previstas nos incisos I, II e III, do art. 17 do Código Eleitoral.

Art. 18. As Comissões Nacional e Regionais Eleitorais e Subcomissões Regionais deverão agir dentro dos critérios de justiça, com equidade, tratando com igualdade as chapas e candidatos concorrentes, não podendo beneficiar qualquer destas ou destes, sendo vedado qualquer tipo de propaganda ou manifestação de voto a favor ou contra aqueles que estejam participando do processo eleitoral.

CAPÍTULO III - DO SISTEMA ELEITORAL

Art. 19. As eleições para o Conselho Federal, Regionais e respectivas Seccionais realizar-se-ão, simultaneamente, em todo Território Nacional.

Art. 20. Fica facultado ao CRESS escolher o sistema que regerá a eleição em seu âmbito de jurisdição, mediante comunicação ao CFESS e à categoria, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado em que a sua sede estiver instalada.

§ 1º. Para efeito de deliberação do CRESS ficam definidos dois sistemas eleitorais, no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS:

- I.** Sistema Eleitoral Único por correspondência – voto somente por correspondência, em toda a jurisdição do CRESS;
- II.** Sistema Eleitoral Misto – voto por correspondência e presencial (urna de lona ou urna e/ou eletrônica), na jurisdição do CRESS.

§ 2º. O sistema eleitoral será definido pelo CRESS, de acordo com sua realidade, suas possibilidades e conveniência administrativa;

§ 3º. No sistema eleitoral misto, o CRESS poderá instituir, a seu critério, uma ou mais Zonas Eleitorais para efeito do recebimento dos votos presenciais dos assistentes sociais que deverão votar por esta modalidade;

§ 4º. O CRESS deverá, quando da adoção do sistema eleitoral misto, fixar a jurisdição da Zona Eleitoral, instalando quantas Mesas Eleitorais forem necessárias, devendo estabelecer, no mínimo, uma Mesa Eleitoral, em cada Zona Eleitoral, definindo quais os assistentes sociais que votarão em cada uma delas;

§ 5º. Os profissionais assistentes sociais domiciliados, à época da eleição, nos municípios que não tiverem sido abrangidos pela jurisdição fixada para a Zona Eleitoral, votarão somente por correspondência, isso apenas para o sistema misto;

§ 6º. O/a assistente social que tiver seu domicílio abrangido por uma Zona Eleitoral, votará na mesa que lhe for indicada pelo CRESS, instalada em tal jurisdição;

§ 7º. Cada Mesa Eleitoral deverá dispor de listagens dos/as assistentes sociais votantes naquela jurisdição, isso apenas para o sistema misto;

§ 8º. O voto por correspondência, no sistema único ou no sistema misto, será regido pelos artigos 63 e seguintes, do presente Código Eleitoral.

Art. 21. Cada CRESS deverá divulgar, no site do Conselho e, facultativamente, em outros meios de comunicação do Conselho, com 60 (sessenta) dias de antecedência do último dia da data da eleição, a listagem com número de inscrição dos profissionais nos CRESS e seus respectivos locais de votação;

Parágrafo único - A partir da data da publicação da listagem a que se refere o caput, o/a assistente social terá o prazo de 30 (trinta) dias para informar ao CRESS a alteração de seu endereço para efeito de seu enquadramento das Zonas Eleitorais;

SEÇÃO I - DO QUORUM DAS ELEIÇÕES

Art. 22. Nas eleições para o CFESS, CRESS e Seccionais, o quórum será de 15%, estabelecido a partir da listagem, especificada no §1º do presente artigo, encaminhada à Comissão Nacional Eleitoral 30 (trinta) dias úteis antes das eleições.

§ 1º. Os CRESS deverão fornecer, por escrito, à Comissão Nacional Eleitoral, o número de inscritos aptos a votar, 30 (trinta) dias úteis antes das eleições, para efeito de estabelecimento do quórum de 15% dos aptos a votar, sendo este quórum válido até o final das eleições;

§ 2º. Os assistentes sociais que regularizarem sua situação após esta data, estarão aptos a votar sem alteração do quórum estabelecido;

§ 3º. Obtido este quórum, será declarada vencedora a chapa que atingir a maioria dos votos.

Art. 23. No caso de não obtenção de quórum ou inexistência de registro de chapa concorrente, caberá ao CRESS a convocação de Assembleia da categoria, a fim de escolher uma Direção Provisória para o Regional ou Seccional, que terá como incumbência realizar novo processo eleitoral e gerir o CRESS ou Seccional até a posse da Diretoria eleita, em conformidade com os procedimentos previstos na Consolidação das Resoluções do CFESS.

Parágrafo único - Na hipótese de não obtenção de quórum ou inexistência de registro de chapa concorrente para o CFESS, caberá a esta instância a convocação da Plenária Ampliada, prevista pelo Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, para os fins previstos no "caput" do presente artigo.

SEÇÃO II – DA ELEIÇÃO EXTRAORDINÁRIA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Art. 24. Não obtido o quórum necessário para validade da eleição, será realizada eleição em segunda convocação, no prazo a ser estabelecido pela Comissão Nacional Eleitoral, permanecendo o quórum de 15%.

§ 1º. Poderão participar da eleição em segunda convocação todos os(as) assistentes sociais que se encontrarem no gozo de seus direitos, à época da realização da eleição em segunda convocação.

§ 2º. Os CRESS deverão fornecer, por escrito, à Comissão Nacional Eleitoral, o número de inscritos aptos a votar 30 (trinta) dias úteis antes das eleições em segunda convocação, para efeito da definição do quórum de 15%;

§ 3º. A organização de zonas eleitorais, na eleição realizada em segunda convocação, ficará a critério exclusivo da Comissão Regional Eleitoral, sendo que a quantidade de zonas não poderá ser inferior às que funcionaram na primeira convocação;

§ 4º. A eleição em segunda convocação será iniciada pelo CFESS, através de edital a ser publicado no Diário Oficial da União, de acordo com os procedimentos previstos pelo Art. 40 e seguintes deste Código, e serão consideradas somente as chapas devidamente inscritas em primeira convocação;

§ 5º. As chapas inscritas em primeira convocação terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para confirmação de sua manutenção no processo eleitoral em segunda convocação.

§ 6º. Transcorrido o prazo a que se refere o parágrafo 5º as chapas terão o prazo de mais 5 (cinco) dias úteis para regularização da eventual substituição de candidatos (até o número máximo de três) e para cumprimento de outras providências cabíveis, inclusive, em relação ao cumprimento de obrigações pecuniárias, conforme exigências emanadas deste Código Eleitoral.

§ 7º. Os CRESS deverão divulgar no site da entidade e, facultativamente, em outros meios de comunicação, com 60 (sessenta) dias de antecedência do último dia da data da eleição, a listagem com o número de inscrição dos profissionais nos CRESS e seus respectivos locais de votação, para possibilitar ao assistente social informar ao CRESS, em 30 (trinta) dias da divulgação, a eventual mudança de endereço, para efeito de enquadramento nas Zonas Eleitorais.

§ 8º. Para o processo eleitoral em segunda convocação serão confeccionadas novas cédulas.

§ 9º. A Comissão Nacional Eleitoral deverá praticar os atos de sua atribuição normativa, exceto aquele previsto pelo inciso II do Art. 12 deste Código, por tratar-se de eleição em segunda convocação, na qual se considerará somente as chapas concorrentes, devidamente registradas na primeira convocação.

SEÇÃO III - DOS CANDIDATOS E DO REGISTRO DAS CHAPAS

Art. 25. Considera-se elegível o/a assistente social que satisfaça os seguintes requisitos:

- I.** Ser cidadão/ã brasileiro/a ou naturalizado/a;
- II.** Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais;

- III.** Não ter sido condenado/a por crime doloso; por lesão ao patrimônio de natureza pública; por ato de improbidade administrativa, em virtude de sentença transitada em julgado, salvo em caso de reabilitação legal;
- IV.** Não ter sido condenado/a por infração disciplinar e/ou ética em decisão do CFESS transitada em julgado;
- V.** Estar quite, até a data da inscrição, com suas obrigações pecuniárias perante o Conselho Regional, inclusive com as anuidades até o ano anterior da eleição, ainda que sob a forma de parcelamento, desde que em dia nas datas dos respectivos vencimentos.

Art. 26. São impedimentos para candidatura:

- I.** Ter ocupado cargo efetivo e/ou suplente por dois mandatos consecutivos, numa mesma instância: CFESS, CRESS ou Seccionais, não abrangendo, nesta hipótese, os cargos ocupados no exercício de mandatos em Diretorias Provisórias;
- II.** Ter deixado de efetuar a prestação de contas ou ter sido a mesma rejeitada pelo órgão competente, referente ao exercício de qualquer mandato de natureza pública, sobretudo em Seccional, Conselho Regional ou Federal de Serviço Social;
- III.** Ter perdido mandato eletivo, nos últimos 06 (seis) anos, em Seccionais, Conselho Regional ou Federal de Serviço Social, em conformidade com o Título “Perda do Mandato”, previsto pelo Estatuto do Conjunto CFESS\CRESS;
- IV.** Ser integrante de Comissões, Subcomissões ou Mesas Eleitorais;
- V.** Concorrer por mais de uma chapa, ainda que em instâncias diferentes, para o mesmo ou outro cargo.

Parágrafo único - A renúncia apresentada formalmente pelo/a Conselheiro/a ou Membro da Seccional não constitui impedimento de que trata o “caput” do presente artigo.

Art. 27. Os/as assistentes sociais conselheiros do CFESS, CRESS e membros das Seccionais poderão recandidatar-se, caso tenham se desincompatibilizado dos seus cargos, até a data da solicitação de inscrição da chapa, definida no calendário eleitoral.

§ 1º. A licença perdurará até a data designada para o último dia da interposição de impugnação do resultado final da eleição, caso não seja interposta a referida impugnação perante a Comissão Regional Eleitoral;

§ 2º. Havendo interposição de impugnação, a licença perdurará até o julgamento desta ou do recurso à Comissão Nacional Eleitoral;

Art. 28. Os/as assistentes sociais funcionários/as do CFESS, dos CRESS e Seccionais, ao se candidatarem, deverão licenciar-se de seus cargos, sem prejuízo dos vencimentos.

§ 1º. A licença perdurará até a data designada para o último dia da interposição de impugnação do resultado final da eleição, caso não seja interposta a referida impugnação perante a Comissão Regional Eleitoral;

§ 2º. Havendo interposição de impugnação a licença perdurará até o julgamento desta ou do recurso à Comissão Nacional Eleitoral;

§ 3º. O/a assistente social funcionário/a só poderá assumir o cargo de direção após a cessação do seu vínculo empregatício ou contratual com o CFESS, CRESS ou Seccionais.

Art. 29. É incompatível o exercício cumulativo de cargo de Conselheiro/a ou de membro da Seccional com o de funcionário/a ou prestador de serviços dos órgãos respectivos.

Art. 30. É facultada aos membros das Seccionais, dos Conselhos Regionais e Federal a reeleição por um mandato, observados os critérios estabelecidos nos Regimentos Internos.

Parágrafo único - O/a assistente social, após ocupação de qualquer cargo efetivo ou suplente no CFESS, CRESS ou Seccional por dois mandatos consecutivos, somente poderá recandidatar-se à mesma instância depois de decorrido afastamento correspondente a 1 (um) mandato.

Art. 31. Em caso de vacância total dos cargos devido a candidaturas dos membros das seccionais, dos CRESS ou do CFESS, será eleita em assembleia uma diretoria provisória, para responder pela gestão até o último dia da interposição de impugnação do resultado final da eleição.

Parágrafo único – No caso de vacância parcial dos cargos de conselheiros/as, em que o número for inferior ao quórum mínimo exigido para o cumprimento das atribuições legais do Conselho, definido pela Seção II “Do Órgão Deliberativo do Conselho Pleno” do Estatuto do Conjunto CFESS\CRESS, serão eleitos conselheiros/as em Assembleia para completar os cargos vacantes, realizada conjuntamente pelo CFESS e pelo CRESS, cuja eleição será homologada pelo CFESS, por meio de Resolução a ser publicada em Diário Oficial da União;

Art. 32. Somente serão registradas as chapas que, além de atenderem as exigências deste Código, estiverem completas com a seguinte composição:

I. Para o CFESS e CRESS, em cumprimento às disposições previstas pela Lei 8.662/93, 06 (seis) membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, 03 (três) membros do Conselho Fiscal e 09 (nove) membros suplentes;

II. Para a Seccional a chapa deverá conter 3 (três) membros efetivos (Coordenador, Secretário, Tesoureiro) e 3 (três) suplentes.

Parágrafo único - O pedido de registro das chapas será protocolado perante os CRESS, Seccionais e CFESS, respectivamente, no prazo estabelecido pelo Calendário Eleitoral.

Art. 33. Para efeito do registro no CFESS, nos CRESS e nas Seccionais, as chapas concorrentes deverão apresentar um requerimento solicitando registro, assinado por um dos candidatos, acompanhado dos seguintes documentos:

I. Relação dos/das candidatos/as efetivos e suplentes, contendo nome, número de registro no CRESS com a especificação do órgão que irá concorrer e do cargo que irá ocupar;

II. Declaração individual dos/das candidatos/as, autorizando a inclusão de seu nome na chapa, esclarecendo a que órgão e cargo concorrerão e, se na qualidade de membro efetivo ou suplente;

III. Declaração devidamente subscrita, na qual conste não ter sido condenado/a por crime doloso; por lesão ao patrimônio de natureza pública; por ato de improbidade administrativa, em virtude de sentença transitada em julgado, salvo em caso de reabilitação legal;

IV. Declaração emitida pelo CRESS de que os/as candidatos/as estão em dia com suas obrigações pecuniárias perante o Conselho e que não estão cumprindo penalidades, que impliquem no impedimento do exercício profissional, em função de processo disciplinar e/ou ético transitado em julgado;

§ 1º. Os requerimentos, solicitando registro, deverão ser protocolados, respectivamente:

- a. Chapas concorrentes às Seccionais, junto às Subcomissões Eleitorais;
- b. Chapas concorrentes aos CRESS, junto às Comissões Regionais Eleitorais;
- c. Chapas concorrentes ao CFESS, junto à Comissão Nacional Eleitoral.

§ 2º. A subcomissão, logo após o recebimento do requerimento de registro das chapas concorrentes, deverá encaminhá-lo à Comissão Regional para emissão de parecer, deferindo ou não o registro;

§ 3º. Após o deferimento do registro das chapas no CFESS, nos CRESS e Seccionais, os/as candidatos/as não poderão efetuar a troca de entidade, cargos, ou condições de suplente e efetivo dentro da chapa.

SEÇÃO IV - DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES

Art. 34. Os Conselhos Regionais deverão assegurar a igualdade de condições às chapas que se registrarem para concorrer às eleições, garantindo o direito a:

I. Acesso via CRESS, sem custos, de uma (01) mala direta dos/as profissionais inscritos/as para a divulgação do programa, da composição e plataforma das chapas inscritas, para cada chapa, na forma prevista pela Resolução CFESS nº 343/97.

II. Acesso às dependências do CFESS, CRESS e Seccionais para promoverem reuniões, debates e outras atividades;

III. Sem prejuízo do inciso I, os CRESS, dentro de seus recursos orçamentários, poderão encaminhar informações a todos/as os/as profissionais sobre o processo eleitoral, por meio de correspondências e/ou nos meios de comunicação dos quais o Conselho dispõe (Jornais, Site, Boletim Eletrônico).

§ 1º. As chapas deverão apresentar o material a que se refere o inciso I, em prazo e forma definidos pelas Comissões Nacional e Regionais Eleitoral, de forma a possibilitar a execução dos procedimentos de divulgação;

§ 2º. As chapas registradas no CFESS, CRESS e Seccionais serão responsáveis pelo conteúdo, produção do material veiculado e respectivos custos.

Art. 35. São proibidas, no processo eleitoral dos CRESS, Seccionais e CFESS condutas tendentes a favorecer ou afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais, tais como:

I. Usar materiais ou serviços institucionais e/ou custeados pelas entidades citadas no “caput”, que excedam as prerrogativas consignadas na lei, regimentos e normas internas;

- II.** Ceder funcionário, ou empregado ou usar de seus serviços, para campanha eleitoral de chapa ou candidato;
- III.** Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato ou de chapa ou se utilizar e/ou realizar distribuição gratuita de bens e serviços custeados ou subvencionados pelas entidades nomeadas no “caput”;
- IV.** Usar procedimentos ou mecanismos para limitar ou influenciar o pleno exercício da liberdade do voto;
- V.** Utilizar conduta incompatível com os princípios que orientam o Código de Ética Profissional do/a assistente social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993;
- VI.** Prestar ao eleitor informações que não sejam verdadeiras, fidedignas, objetivando, dentre outros, influenciar o resultado do pleito;
- VII.** Tratar as demais chapas concorrentes, quando houver, e seus candidatos de forma desrespeitosa, negando o pluralismo, desqualificando o debate político para o plano pessoal e de intrigas.

SEÇÃO V - DO PERÍODO DA VOTAÇÃO

Art. 36. A realização da votação far-se-á em até 3 (três) dias consecutivos, a critério do Conselho Regional e nas datas previstas pelo Calendário Eleitoral.

§ 1º. Nos Conselhos Regionais em que a votação for realizada em um só dia, esta deverá coincidir com o último dia previsto para os demais Conselhos.

§ 2º. O CRESS deverá estabelecer o horário de votação de acordo com sua viabilidade, que não poderá ser inferior a 6 horas corridas diárias.

SEÇÃO VI - DO VOTO SECRETO

Art. 37. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências, conforme o sistema eleitoral por correspondência e/ou misto:

- I.** Uso de cédulas oficiais em todas as eleições, devidamente rubricadas pelo/a Presidente ou pelo Mesário, quando se tratar de votação em urna de lona;
- II.** Uso de cédulas para o CFESS, para os CRESS e para as Seccionais, respectivamente, contendo todas as chapas registradas, quando se tratar de urna de lona;
- III.** Isolamento do eleitor em cabine indevassável ou em sala separada para o ato de votar;
- IV.** Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

Parágrafo único - Para votar será obrigatória a prévia identificação do eleitor, através de documento oficialmente reconhecido.

SEÇÃO VII - DA CÉDULA OFICIAL (URNA DE LONA)

Art. 38. Uma única cédula de votação deverá conter os nomes das chapas registradas para concorrer às Diretorias do CFESS, dos CRESS e das Seccionais.

§ 1º. As cédulas deverão ser confeccionadas de maneira tal que, dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola.

§ 2º. As cédulas deverão conter a indicação do órgão, nomes dos/as candidatos/as por chapa e especificação dos cargos, obedecendo-se a ordem de inscrição na respectiva chapa.

SEÇÃO VIII - DA CONVOCAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES

Art. 40. O edital de convocação geral deverá conter:

- I.** A data das eleições;
- II.** Lugar onde estão sediados o CFESS, os CRESS e Seccionais;
- III.** Número de vagas a preencher para composição das chapas e relação de cargos;
- IV.** Horário de funcionamento das secretarias do Conselho Federal, Regionais e Seccionais, para efeito de solicitação de registro de chapas;
- V.** Calendário eleitoral.

Art. 41. As chapas de assistentes sociais deverão inscrever-se para concorrer ao Conselho Federal, para os Regionais e para as Seccionais, após 30 (trinta) dias da publicação do edital de convocação geral, até o 60º (sexagésimo) dia, antes da data designada para o último dia da eleição.

Art. 42. No prazo de até 03 (três) dias úteis, após o último dia estabelecido para o pedido de registro de chapas, a Comissão Nacional e as Comissões Regionais emitirão parecer sobre o pedido de registro de chapa, acolhendo ou determinando o cumprimento de diligências, admitindo, no mesmo prazo, apresentação de impugnações quanto ao registro de chapas, por assistentes sociais.

§ 1º. Quando a impugnação se referir a membro das chapas concorrentes, as Comissões Nacional e Regionais Eleitorais determinarão, conforme o caso, o cumprimento de diligências para sanar irregularidades e/ou apresentação de novo/a candidato/a, sob pena de impugnação de chapa como um todo.

§ 2º. O/A impugnado/a terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentar contra razões, sendo que no mesmo período a Comissão Eleitoral respectiva determinará diligências que se fizerem necessárias ou forem requeridas pelo/a interessado/a.

§ 3º. Após o prazo consignado no parágrafo segundo, a Comissão Eleitoral respectiva terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para julgar os pedidos de impugnação apresentados e emitir decisão final sobre os mesmos e sobre o registro de chapas concorrentes.

§ 4º. A Comissão Eleitoral deverá cientificar o membro subscritor do pedido de registro de chapa sobre suas decisões, convocando-o ao cumprimento das exigências emanadas por este Código, no prazo de três dias úteis.

§ 5º. Da decisão da Comissão Regional Eleitoral quanto à impugnação ou não do registro das chapas, caberá recurso à Comissão Nacional Eleitoral, no prazo de até 03 (três) dias úteis.

§ 6º. A Comissão Nacional Eleitoral apreciará o recurso no prazo de até 03 (três) dias úteis, devolvendo-o ao CRESS, para cumprimento da decisão e para efeito do prosseguimento dos atos eleitorais subsequentes.

§ 7º. Julgada procedente a impugnação, a Comissão Nacional Eleitoral, providenciará a divulgação de cópias do ato para afixação no Regional respectivo, em local visível.

Art. 43. Encerrado o prazo para decisão sobre o registro de chapas, o/a presidente da Comissão Nacional Eleitoral, das Comissões Regionais e Subcomissões providenciarão a imediata lavratura da ata de encerramento do prazo de registro das chapas, que será assinada por ele e demais membros da comissão, cientificando os/as interessados/as.

Art. 44. As chapas registradas, em conformidade com a decisão da Comissão Regional e/ou Nacional, diante de solicitação fundamentada, poderão requerer a substituição de seu/sua candidato/a que for inelegível, renunciar ou falecer, devendo, no ato do pedido de substituição, apresentar toda a documentação do/a candidato/a substituto/a que deverá preencher todas as exigências previstas por este Código.

Art. 45. A Comissão Regional ou Nacional Eleitoral, à vista do pedido de substituição, deverá ratificar a inscrição da chapa, caso cumpridas as exigências deste Código.

Art. 46. A chapa terá o prazo de dois dias úteis, após a decisão da Comissão, para cumprir eventuais diligências para regularização do/a candidato/a substituto/a, sob pena de indeferimento de toda a chapa.

Art. 47. Na hipótese das cédulas já terem sido confeccionadas, caberá ao CRESS ou CFESS divulgar e informar, por todos os meios possíveis, inclusive, entregando e encaminhando, conforme o caso, para todos os eleitores esclarecimento, por escrito, sobre a substituição de candidato/a indicando o nome do/a substituído/a.

Art. 48. As chapas registradas e aprovadas constarão de edital a ser afixado nas sedes dos Conselhos Federal e Regionais, bem como das Seccionais.

§ 1º. Do texto do edital constará:

- I. Definição das Zonas Eleitorais;
- II. Datas e horários da eleição;
- III. Nome dos/as integrantes e cargos das respectivas chapas;
- IV. Endereço das mesas eleitorais;
- V. Determinação dos casos de voto por comparecimento pessoal e/ou correspondência.

Art. 49. Caberá ao Conselho Federal de Serviço Social, Conselhos Regionais e Seccionais a adequada divulgação aos profissionais, do contido no artigo 48 inclusive, através dos meios previstos pelos parágrafos do artigo 38.

CAPÍTULO IV - DA ELEIÇÃO E DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I - DAS ZONAS E MESSAS ELEITORAIS

Art. 50. Na adoção do sistema misto, o CRESS deverá instituir, pelo menos, uma zona eleitoral em qualquer localidade, no âmbito de sua jurisdição, onde será instalada uma ou mais mesas eleitorais, sob a coordenação e responsabilidade da Comissão Regional Eleitoral.

Art. 51. Cada mesa eleitoral, no sistema misto, será composta por três assistentes sociais: 02 (dois) titulares (Presidente e Mesário) e 01 (um) suplente, designados pela Comissão Regional Eleitoral.

§ 1º. A mesa eleitoral deverá ser instalada em estabelecimentos públicos ou particulares, cedidos gratuitamente, e que apresentem condições físicas, de espaço, distância e acessibilidade, aliados a concentração de assistentes sociais que tornem viável o exercício do voto.

§ 2º. É vedado o uso de qualquer imóvel residencial e de propriedade pertencente a candidato ou seus parentes até segundo grau, bem como do cônjuge.

Art. 52. Compete às direções dos Conselhos Regionais divulgarem, amplamente, os locais de votação, dias e horários.

SEÇÃO II - DOS ATOS PREPARATÓRIOS DA VOTAÇÃO

Art. 53. Constitui ato preparatório da votação a execução e operacionalização de todos os procedimentos que antecedem à votação, em conformidade com as exigências emanadas deste Código.

Parágrafo único – Não será permitida a realização de “boca de urna” dentro do estabelecimento de votação.

Art. 54. A violação da norma contida no § único do Artigo 48 implicará na exclusão da chapa, responsabilizada pela infração, após a conclusão do procedimento de apuração.

SEÇÃO III - DA FISCALIZAÇÃO PERANTE AS MESAS

Art. 55. As chapas concorrentes, por intermédio de seu/sua representante, poderão designar no máximo 02 (dois/duas) fiscais para cada mesa eleitoral, dentre os/as assistentes sociais inscritos/as na respectiva região, devendo requerer credenciamento dos/as mesmos/as às Comissões Regionais Eleitorais, até 03 (três) dias úteis antes da votação.

§ 1º. Só serão credenciados os/as fiscais que satisfizerem as condições previstas pelos incisos I e II do artigo 4º deste Código.

§ 2º. Os/As fiscais credenciados/as poderão formular protestos e propor impugnações junto à mesa eleitoral em que estiverem atuando.

Art. 56. Poderá haver revezamento dos/as fiscais em cada mesa, devendo o fato ser comunicado ao/à presidente da mesma.

Art. 57. Se o/a fiscal verificar alguma irregularidade, deverá comunicá-la ao/à presidente da mesa eleitoral onde estiver atuando.

§ 1º. O/A presidente da mesa eleitoral deverá verificar a natureza da irregularidade apontada pelo/a fiscal e tomar as providências cabíveis para corrigi-la, se procedentes, registrando-a em ata;

§ 2º. O/A presidente deverá fazer que conste na ata da Mesa Eleitoral, as irregularidades apontadas pelo/a fiscal e os argumentos de indeferimento, submetendo à apreciação da Comissão Regional Eleitoral.

Art. 58. A Comissão Regional Eleitoral e Subcomissões do CRESS fornecerão as credenciais aos/às fiscais das chapas.

Art. 59. Não será permitida a acumulação de cargo de fiscal com o de mesário, ou de outro cargo pelo mesmo assistente social.

Art. 60. Os/As fiscais que atuarem perante as mesas eleitorais deverão assinar a ata no encerramento dos trabalhos, caso estejam presentes.

Art. 61. Os membros componentes das chapas concorrentes serão considerados fiscais natos.

SEÇÃO IV - DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO PRESENCIAL/URNA DE LONA/URNA ELETRONICA

Art. 62. As diretorias do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais deverão providenciar o material para votação de acordo com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Art. 63. O material para a votação presencial será o seguinte:

- I.** Folha de controle de votação (relação dos\das assistentes sociais aptos/as a votar) para assinatura da votação;
- II.** Relatório ou listagem de assistentes sociais que não se encontrarem em condições de votar;
- III.** Urna vazia;
- IV.** Cédulas eleitorais oficiais para a urna de lona, inclusive em Braille, quando necessário;
- V.** Cabine indevassável;
- VI.** Canetas;
- VII.** Folhas para ata;
- VIII.** Exemplar do Regimento Eleitoral;
- IX.** Declaração ou anotação de comparecimento e votação nos casos solicitados;
- X.** Envelopes para votos em separado;
- XI.** Relação nominal de assistentes sociais e seus respectivos locais de votação;
- XII.** Outros materiais que julgarem necessários.

SEÇÃO V - DO INÍCIO DA VOTAÇÃO

Art. 64. No dia marcado para a eleição, o/a presidente e o/a mesário/a verificarão se, no lugar designado, estão em ordem, o material remetido pela Comissão Eleitoral, a urna e a cabine indevassável.

Parágrafo único - O/A presidente exibirá a urna de lona aos presentes e, depois de ter sido constatado que a mesma encontra-se vazia, a fechará com papel gomado, rubricado pelos membros da Mesa e fiscais que se encontrarem presentes.

Art. 65. Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas no artigo anterior, o/a presidente da mesa declarará iniciados os trabalhos.

Parágrafo único - O recebimento dos votos terá início a partir da abertura, até a hora prevista para o encerramento da votação, em cada dia, em conformidade com o calendário eleitoral.

SEÇÃO VI - DO ATO DE VOTAR

Art. 66. Observar-se-á no ato de votar o seguinte:

- I.** Antes de ingressar no recinto da cabine, o/a eleitor/a apresentará o documento de identidade à mesa eleitoral;
- II.** O/A mesário/a verificará se o/a assistente social eleitor/a encontra-se apto/a a votar naquela jurisdição;
- III.** Verificada a condição anterior, o/a assistente social eleitor/a deverá assinar a folha de controle de votação e registrar o número do documento de identificação, por escrito.

§ 1º. Serão adotados os seguintes procedimentos para votação em urna de lona:

- I.** O presidente da mesa eleitoral entregará ao/à eleitor/a a cédula oficial, devidamente rubricada pelo/a presidente e mesário/a, no caso da urna de lona;
- II.** Na cabine indevassável o/a assistente social eleitor/a escolherá as chapas de sua preferência, para os Conselhos Federal, Regional e Seccionais, quando houver, assinalando com um X, no espaço próprio, de modo que torne expressa a sua escolha;
- III.** A seguir, o/a assistente social eleitor/a deverá dobrar a cédula eleitoral;
- IV.** Ao sair da cabine, o/a assistente social eleitor/a depositará na urna a cédula eleitoral, em presença dos/as componentes da mesa.

§ 2º. A constatação de irregularidade na apresentação da cédula de votação pelo/a eleitor/a implicará na impugnação de seu voto pela mesa e registro da ocorrência em ata.

§ 3º. Se o/a assistente social eleitor/a, ao receber a cédula ou ao recolher-se à cabine de votação, verificar que a cédula se acha estragada, assinalada ou de qualquer modo viciada, ou se ele/a próprio/a por imprudência, imprevidência ou desconhecimento a inutilizar, poderá pedir outra ao Presidente da Mesa, restituindo, porém, a primeira, a qual será imediatamente inutilizada à vista dos presentes e sem quebra do sigilo do que o/a assistente social eleitor/a haja nela assinalado, registrando-se o fato em ata.

§ 4º. Nos locais onde existirem Seccionais, o/a assistente social eleitor/a votará nas chapas concorrentes ao CFESS, aos CRESS e às Seccionais.

§ 5º. A escolha do local de votação deverá garantir a acessibilidade de todos os/as assistentes sociais eleitores/as.

Art. 67. Sempre que houver impugnação fundamentada ou a mesa tiver dúvidas, o voto será tomado em separado, colocado em um envelope sem identificação e depositado em uma urna específica para votos em separado.

§ 1º. No envelope, a mesa consignará os motivos da impugnação ou dúvida, para posterior deliberação.

§ 2º. A deliberação da Comissão Regional Eleitoral sobre a admissão e/ou validade do voto em separado, considerará a clara intenção do eleitor, a ausência de indício de irregularidade, bem como a sua inviolabilidade.

SEÇÃO VII - DO VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

Art. 68. O material necessário ao exercício do voto por correspondência, por via postal registrado, seja no sistema por correspondência ou misto, será remetido pelo CRESS, aos/às assistentes sociais que votem por essa modalidade, com até 30 (trinta) dias úteis de antecedência da data de eleição.

§ 1º. Serão computados, também:

- a.** Os votos que forem recolhidos na empresa de correios e telégrafos, ou em suas franquias, pela Comissão Regional Eleitoral, desde que tais votos cheguem ao local da apuração até o seu início;
- b.** Os votos em separado enviados por correspondência, depositados em urna específica, que foram considerados válidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 69. Cabe ao CRESS instruir devidamente o/a eleitor/a por correspondência, a respeito da necessidade de postagem antecipada de seu voto, para garantir o cumprimento do previsto no artigo 63 deste Código.

Art. 70. O voto por correspondência obedecerá às seguintes instruções:

I. Será composto de:

- a.** Cédulas oficiais para o CFESS, CRESS e Seccionais devidamente rubricadas por um membro da Comissão Regional Eleitoral;
- b.** Envelope comum, sem identificação;
- c.** Sobrecarta oficial para retorno ao CRESS;

II. No verso da sobrecarta deverá constar o nome por extenso do remetente, seu endereço e número de registro no CRESS;

III. Para remessa ao/à profissional, este material deverá estar contido em envelope padrão do CRESS.

Art. 71. Somente será computado o voto por correspondência que contiver:

- I. A sobrecarta com a identificação do/a profissional;
- II. A cédula oficial dentro do envelope comum, sem identificação;
- III. O envelope sem qualquer indício de violação.

SEÇÃO VIII - DO VOTO DA URNA ELETRÔNICA

Art. 72. As normas e procedimentos para a votação em urna eletrônica serão disciplinados através de resolução específica a ser expedida pelo CFESS.

§ 1º. A norma específica conterà disposições garantindo a segurança e a integridade dos resultados eleitorais;

§ 2º. As normas previstas pelas Seções V e VI do Capítulo III e Seção IV, V, VI, IX e X do Capítulo IV do Código Eleitoral serão aplicadas no que couber, somente para a votação presencial em urna de lona.

SEÇÃO IX - DO ENCERRAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 73. O/A presidente da Comissão Regional e Subcomissões Eleitorais e os/as presidentes de mesas, conforme o caso, distribuirão senha para votação aos/às assistentes sociais eleitores ainda presentes no recinto na hora do encerramento da votação;

Art. 74. Encerrada a votação, será elaborada a ata pelo/a mesário/a, sendo a mesma assinada pelos membros da mesa e pelos/as fiscais.

Parágrafo único - O encerramento da votação implica no lacre da urna eleitoral pelo/a presidente da mesa, assinado por todos/as os/as componentes da mesma e pelos/as fiscais presentes ao ato.

SEÇÃO X - DA APURAÇÃO

Art. 75. Caberá à Comissão Eleitoral decidir o início da apuração dos votos, que poderá ser em até 48 horas, a contar do encerramento do último dia das eleições, de forma a assegurar o cômputo dos votos que foram enviados por correspondência, postados dentro do prazo regimental.

§ 1º. Os votos presenciais e/ou por correspondência deverão ser apurados conjuntamente, no dia e horário decidido pela Comissão Regional Eleitoral, para início da apuração.

§ 2º. Caso a apuração não seja iniciada logo após o término da votação, o CRESS deverá garantir a guarda das urnas em lugar seguro e inviolável.

§ 3º. Para efeito da garantia da inviolabilidade das urnas, na hipótese do § 1º, estas deverão ser lacradas com fita adesiva e rubricadas pelos membros da Comissão Eleitoral, fiscais e/ou membros das chapas, se presentes.

Art. 76. Em cada Zona Eleitoral a apuração dos votos por correspondência ou presencial deverá ser centralizada num único local, onde serão instaladas, de acordo com a necessidade, uma ou mais mesas apuradoras.

§ 1º. As mesas eleitorais poderão ser convertidas em mesas apuradoras ou poderão ser instaladas novas mesas e a apuração dos votos, a critério da Comissão Regional Eleitoral, poderá ser iniciada no mesmo dia do encerramento da votação ou em até 48 horas do término da votação.

§ 2º. O prazo estabelecido pelo parágrafo primeiro do presente artigo poderá ser prorrogado, em casos excepcionais, mediante solicitação fundamentada, por parte da Comissão Regional Eleitoral e deliberação da Comissão Nacional Eleitoral;

§ 3º. Deverão ser instaladas mesas apuradoras para os votos presenciais e mesas especiais para votos por correspondências.

Art. 77. O presidente da mesa apuradora verificará a inviolabilidade de cada urna, e constatada a regularidade das mesmas, determinará a sua abertura e contará as cédulas e sobrecartas, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes.

Parágrafo único - Na fase de apuração da urna eleitoral, será permitido no recinto o ingresso dos/as candidatos, bem como dos/as fiscais credenciados/as, para acompanharem os trabalhos.

Art. 78. Depois de contadas as cédulas e sobrecartas e verificada a sua coincidência com o número de votantes, o presidente da mesa apuradora decidirá a respeito dos votos em separado.

§ 1º. Decidindo a mesa apuradora pela admissão do voto em separado, o envelope será aberto e as cédulas misturadas às restantes, para efeito de apuração.

§ 2º. Se rejeitado o voto em separado, o envelope permanecerá fechado, e será destruído no final de todo o processo eleitoral, caso não haja recurso, registrando-se o fato em ata.

Art. 79. Não coincidindo o número de cédulas ou sobrecartas com o número de votantes, em uma determinada urna, será assegurada a recontagem dos votos.

§ 1º. Se o número de cédulas, faltantes ou excedentes, for até 1/10 do total de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§ 2º. Se o total de cédulas excedentes na urna for superior ao limite de 1/10 do total da respectiva lista de votantes, proceder-se-á à apuração, descontando-se igualmente o número de votos equivalentes às cédulas em excesso, dos votos atribuídos a cada uma das chapas concorrentes, ressalvando-se na ata a ocorrência.

§ 3º. Se o excesso de cédulas for igual ou superior a 1/10 do total da lista de votantes, todos os votos desta urna serão anulados, devendo o fato ser registrado em ata para apreciação da Comissão Nacional e Regionais Eleitorais, caso haja recurso da decisão.

§ 4º. As urnas anuladas, com base neste artigo, não implicarão em alteração do quórum.

§ 5º. Será nula a eleição em que a somatória dos votos nulos e brancos superarem os que forem conferidos à chapa mais votada.

Art. 80. Resolvidas as questões pela mesa apuradora, passar-se-á à apuração dos votos.

Art. 81. As cédulas, na medida em que forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da mesa.

Parágrafo único - As dúvidas relativas às cédulas poderão ser suscitadas somente nessa oportunidade, pelos fiscais natos ou credenciados que estiverem atuando no momento.

Art. 82. Os votos serão computados como válidos, brancos ou nulos, sendo todos considerados para efeito de quórum.

§ 1º. Considera-se o voto válido aquele que contiver claramente a opção do/a votante por uma das chapas concorrentes ao CFESS, ao CRESS ou Seccionais, quando houver.

§ 2º. Considera-se voto em branco aquele que não contiver manifestação do/a assistente social eleitor/a.

§ 3º. No caso do/a eleitor/a anular o seu voto em uma ou duas das entidades concorrentes (CFESS, CRESS e Seccionais) o voto será considerado válido em relação àquela que contiver a sua manifestação de voto.

§ 4º. Serão nulas as cédulas que:

- I. Não corresponderem ao modelo oficial;
- II. Não estiverem devidamente rubricadas;
- III. Contiverem expressões, frases ou sinais estranhos ao processo eleitoral, que comprometam a intenção do voto do eleitor.
- IV. Contiverem votos em mais de uma chapa para o mesmo órgão;
- V. Contiverem quaisquer indícios de irregularidades

Art. 83. Somente aos membros das mesas apuradoras, das Subcomissões e da Comissão Regional Eleitoral, será permitido o manuseio dos votos.

Art. 84. Terminada a apuração, o/a mesário/a da mesa apuradora lavrará a ata dos trabalhos, nela fazendo constar, além de outros dados que se tornarem necessários, o seguinte:

- I. Indicação do dia, horário e local de abertura e de encerramento dos trabalhos;
- II. Nomes dos componentes da mesa apuradora e suas funções e nomes dos/as fiscais e candidatos/as presentes ao ato;
- III. Hora de encerramento da votação e do início da apuração;
- IV. Número de assinaturas constantes das folhas de votação e o número de votos encontrados na urna;
- V. Número de votos em separado, número de votos em branco e número de votos anulados;
- VI. Número de votos por correspondência;

- VII.** Número de chapas concorrentes ao CFESS, ao CRESS e Seccionais, votos atribuídos a cada uma delas e a que maior número de votos obteve;
- VIII.** Ocorrências verificadas durante os trabalhos eleitorais;
- IX.** Assinatura do/a presidente, dos demais membros da mesa e dos/as fiscais presentes;
- X.** Informação sobre número de votos válidos e o quórum exigido para validade da eleição.

Art. 85. Encerrados os trabalhos de apuração dos votos e lavrada a respectiva ata, caberá ao/à presidente da mesa apuradora transmitir os resultados, por escrito, à Comissão Regional Eleitoral.

Art. 86. A Comissão Regional Eleitoral fará o somatório dos resultados das mesas apuradoras e providenciará a remessa, da primeira via do processo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da apuração, por intermédio do CRESS, à Comissão Nacional Eleitoral.

SEÇÃO XI - DAS IMPUGNAÇÕES E PROTESTOS

Art. 87. Além da impugnação de chapas e candidaturas, prevista pelo Artigo 41 e seguintes, qualquer assistente social, no gozo de seus direitos políticos, poderá apresentar protestos, impugnações, contraposições, quanto aos procedimentos de apuração em relação ao resultado da eleição.

Parágrafo único - As impugnações serão formadas a partir de representação ou denúncia, apresentadas por escrito à Comissão Regional Eleitoral, no prazo de até 3 (três) dias úteis da divulgação do resultado final da eleição.

Art. 88. As Comissões Regionais Eleitorais autuarão o processo de impugnação por ordem numérica de entrada, e após a apreciação da representação ou denúncia, instruirão o processo com todos os documentos relacionados ao caso.

Art. 89. Após instituir o processo de impugnação, a Comissão Regional Eleitoral deverá solicitar relatório sumário dos acontecimentos à mesa eleitoral onde ocorreram os fatos.

Parágrafo único - Se os fatos forem estranhos à Comissão Regional ou Subcomissões, a Comissão Regional determinará, conforme o caso, a juntada de informações administrativas, documentos, oitiva de testemunhas e partes envolvidas no conflito, diligências que entender cabíveis, garantindo, sempre, o direito ao contraditório.

Art. 90. As oitivas das partes e testemunhas serão tomadas em audiência, designada pela Comissão Regional Eleitoral, lavrando-se os termos de depoimentos e os trabalhos realizados no dia, em ata própria, que será assinada por todos os presentes.

Parágrafo único - A audiência será dirigida pelos integrantes da Comissão Regional Eleitoral.

Art. 91. Encerrada a instrução do processo de impugnação, a Comissão Regional Eleitoral determinará a apresentação de alegações finais pelas partes envolvidas, no prazo de 3 (três) dias úteis.

Art. 92. Após o cumprimento do estabelecido no artigo 90, a Comissão Regional Eleitoral elaborará um relatório circunstanciado dos fatos e da instrução, manifestando-se ao final, sobre seu convencimento, decidindo o mérito sobre a procedência ou improcedência da representação ou denúncia.

Art. 93. Proferida a decisão pela Comissão Regional Eleitoral, será dada ciência às partes, abrindo-se o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso.

Art. 94. O recurso, por escrito, e devidamente fundamentado e instruído, deverá ser protocolado no CRESS e remetido, à Comissão Nacional Eleitoral.

Art. 95. Somente poderão ser interpostos recursos que versem sobre assuntos que tenham sido motivo de impugnações e/ou protestos.

SEÇÃO XII - DAS NULIDADES

Art. 96. Será considerada nula a eleição quando:

- I.** Realizada em dia, hora e local diversos dos designados no Edital;
- II.** Preterida qualquer formalidade essencial estabelecida nas resoluções, instruções e normas vigentes;
- III.** Quando ocorrer vício que comprometa sua legitimidade, importando em prejuízo a qualquer candidato/a ou chapa concorrente.

§ 1º. A anulação do voto não implicará na anulação da urna em que a ocorrência se verificar, nem importará na anulação da eleição.

§ 2º. Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa, nem aproveitada por seu responsável.

SEÇÃO XIII - DA APURAÇÃO FINAL

Art. 97. Somados pela Comissão Nacional Eleitoral os resultados recebidos das Comissões Regionais Eleitorais e não havendo ou tendo sido dirimidos protestos ou impugnações, a Comissão encerrará seus trabalhos, lavrando a ata respectiva que será encaminhada ao CFESS com o resultado final do pleito.

Parágrafo único - A ata da Comissão Nacional Eleitoral deverá conter, dentre outros, a análise da documentação encaminhada pelas Comissões Regionais, a somatória de todos os votos nacionais, a verificação do quórum para cada CRESS e para o CFESS, em conformidade com as exigências previstas pelo presente código.

Art. 98. O Conselho Federal de Serviço Social homologará, posteriormente, ao recebimento dos processos, o resultado final das eleições, em reunião de Conselho Pleno. Diário Oficial da União.

SEÇÃO XIV - DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DAS GESTÕES

Art. 99. A chapa vencedora será empossada pelo/a Presidente da gestão finda, mediante solenidade a ser definida conjuntamente.

Parágrafo único - Na hipótese de impedimento do/a Presidente transferir a posse, será designado/a outro/a Conselheiro/a da Diretoria para a transmissão de gestão.

Art. 100. É obrigatória a transição entre a gestão que se encerra e a que assumirá o CRESS, Seccional ou CFESS, antes da posse da gestão eleita.

§ 1º. Tal transição deverá ser realizada na sede do CRESS, Seccional ou CFESS, conforme o caso, e implicará na entrega de relatório circunstanciado, bem como de documentos pertinentes, pela gestão que se finda, informando sobre o andamento de todas as ações, bem como das atividades realizadas e pendências, dos seguintes assuntos:

- I-** Conselho Fiscal (informações sobre todas as ações de sua atribuição);
- II-** Situação Financeira da entidade (receita e despesa e inadimplência);
- III-** Comissão de Ética e Direitos Humanos;
- IV-** Comissão de Fiscalização;
- V-** Situação do Jurídico (relação de processos judiciais em andamento com sua especificação; ações jurídicas em andamento no âmbito de todas as comissões do CRESS e em todos os setores);
- VI-** Comissão de Inscrição;
- VII-** Situação dos funcionários;
- VIII-** Situação dos arquivos e guarda da documentação;
- IX-** Processos e expedientes administrativos (licitações, contratos e outros);
- X-** Demais Comissões e ações do CRESS;
- XIII-** Outros assuntos relevantes.

§ 2º. A gestão que se finda deverá indicar, por escrito, no relatório e apresentar no ato da transição, o local físico, onde estão arquivados e guardados todos os materiais e documentos oficiais, administrativos, políticos e de outra natureza do CRESS, Seccionais e CFESS.

§ 3º. O descumprimento de tal obrigação ou o seu cumprimento em parte, caracterizará omissão da gestão que se finda, bem como a constatação de irregularidades serão comunicadas e apuradas pelo CFESS pelos meios competentes e poderão implicar em responsabilidade e aplicação de penalidades cabíveis.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 101. Os limites e critérios de financiamento de campanhas eleitorais do Conjunto CFESS/CRESS serão definidos por meio de Resolução específica a ser expedida pelo CFESS.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 102. A posse das direções eleitas para o CFESS, para os CRESS e para as Seccionais ocorrerá no dia 15 de maio, sendo que a solenidade poderá ocorrer até o dia 17 de maio, a cada triênio.

Art. 103. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Nacional Eleitoral e pelo CFESS.



Art. 104. Fica revogada a Resolução CFESS nº 586, de 30 de agosto de 2010 e disposições em contrário.

Art. 105. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.